

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Patricia Kelly Portugal Machado**

**O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CRAS JD. JACIRA: UMA  
ABORDAGEM FRENTE ÀS DEMANDAS QUE PERPASSAM  
GERAÇÕES**

**São Paulo  
2015**

**Patricia Kelly Portugal Machado**

**O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CRAS JD. JACIRA: UMA  
ABORDAGEM FRENTE ÀS DEMANDAS QUE PERPASSAM  
GERAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro – Unisa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social  
Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Me. Luciane de Cássia de Faria

**São Paulo**

**2015**

**PATRICIA KELLY PORTUGAL MACHADO**

**O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CRAS JD. JACIRA: UMA  
ABORDAGEM FRENTE ÀS DEMANDAS QUE PERPASSAM  
GERAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da  
Universidade de Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Me. Luciane de Cássia de Faria.

São Paulo, ..... de ..... de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

.....

Profa. Me. Luciane de Cassia de Faria

(Orientador)

.....

Profa. Me. Vanessa Lopes de Almeida

(Leitor)

**Conceito Final:** \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico minha formação à minha família que me auxiliou ao longo deste processo, em especial à minha filha Lara, minha princesa que me esperava amorosamente todas as noites, à minha mãe, que me ajudou muito cuidando dela na minha ausência e aos meus amigos e familiares que me incentivaram a seguir o caminho acadêmico e não me deixaram desistir em momentos de dificuldade. Amo todos vocês!

Agradeço com todo carinho a minha professora Orientadora Luciane de Cássia de Faria, que apostou em mim quando resolvi mudar meu projeto, que sempre estava disponível para compartilhar seus ensinamentos, com sua paciência e confiança acreditou no meu potencial até o fim.

Aos meus professores acadêmicos que foram muito importantes em todo o meu processo e na construção desta monografia. Em especial a leitora deste trabalho, Professora Vanessa Lopes de Almeida que me propiciou desafiar os meus próprios limites neste momento de tribulação, apostando no meu potencial para a continuidade deste trabalho.

Dedico aos colegas de trabalho do CRAS, principalmente à minha supervisora Mary Anne, que foi companheira neste processo importante da minha vida. Agradeço a coordenadora Lucimara por permitir a realização desta pesquisa de campo na instituição.

Agradeço a oportunidade de experiência que o estágio e a academia puderam me proporcionar, principalmente a experiência adquirida ao longo deste trabalho de conclusão de curso, que para mim não se encerra aqui, pois com certeza ele me instigou a ir além do trabalho realizado, é somente o começo rumo a construção científica, uma vez que é o primeiro momento dentro da universidade que somos autores de nossa própria escolha, de nosso tema e do caminho que trilhamos para encontrar as respostas. Portanto, valorizo imensamente toda essa bagagem adquirida durante este processo tortuoso, entremeado de barreiras e desafios que por muitas vezes me fizeram pensar em desistir, mas graças a Deus, cada situação me fez forte e valente em busca desta realização, me deixando a grande perspectiva de seguir adiante em busca de mais e mais conquistas.

## RESUMO

### **O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CRAS JD. JACIRA: UMA ABORDAGEM FRENTE ÀS DEMANDAS QUE PERPASSAM GERAÇÕES**

Patrícia Kelly Portugal Machado

Luciane de Cassia de Faria (orientadora)

O presente trabalho de pesquisa tem o intuito de conhecer a realidade das famílias acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Itapeçerica da Serra, participantes do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Famílias que vivem com pouca possibilidade de acesso aos seus direitos. Dentro do contexto neoliberal em que vivemos, sabemos que o Estado pouca relevância dá aos menos favorecidos, apesar das lutas e conquistas pelos movimentos sociais. Portanto, a política social, embora seja direito de todo cidadão, para estas famílias possivelmente, não tenha chegado da forma esperada. A escassez de políticas públicas neste município enfraquece o trabalho em rede, e que se faz de extrema importância dentro da assistência social. Assim, diante da vulnerabilidade social em que estas famílias estão inseridas e na busca de compreender suas demandas que vem atravessando gerações, será feita uma pesquisa com abordagem qualitativa através de entrevistas para melhor entendimento e esclarecimento das possíveis causas da ausência de emancipação nestas famílias.

**Palavras Chave:** Família Vulnerável. Proteção Social Básica. PAIF

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
ONG	Organização Não Governamental
PAT	Posto de Atendimento ao Trabalhador
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência
PRC	Programa Renda Cidadã
PTR	Programa de Transferência de Renda
SIDS	Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas de Transferência de Renda .....	17
Quadro 2 – Perfil das famílias entrevistadas .....	37
Quadro 3 – Tempo de Permanência nos Programas de Transferência de Renda....	38

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA E PROCESSO DE FORMULAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Programas de Transferência de Renda (PTR).....	15
2.2 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) .....	19
2.3 Famílias Vulneráveis: perfil de atendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) .....	22
<b>3 O CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>29</b>
3.1 O CRAS Jd. Jacira: o campo de pesquisa .....	31
3.2 O trabalho social do PAIF no CRAS Jd. Jacira .....	34
3.3 Resultados e análise dos dados .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>APENDICE.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Política Pública de Assistência Social a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 nos possibilitou a perspectiva da proteção social, viabilizando a defesa dos direitos sociais e humanos e levando o Estado brasileiro a assumir sua responsabilidade para com as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Na atualidade com uma política descentralizada para o atendimento as demandas, vemos na área da assistência um longo trabalho a ser realizado para que de fato a proteção social seja garantida.

Este trabalho de pesquisa trata da proteção básica, com o foco no trabalho realizado com as famílias atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

O PAIF é um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, desenvolvido nos CRAS.

A política social é direito de todo cidadão, perpassando por todas as cidades e estados brasileiros, porém, cada município, cidade e Estado tem seus avanços e retrocessos, no que diz respeito a estruturação dos serviços e órgãos públicos, o que pode afetar a execução dessa política de forma positiva ou negativa.

No entanto, pretendemos aqui apresentar a situação de vulnerabilidade social de famílias atendidas por tal Política, situadas no município de Itapeverica da Serra, no bairro do Jd. Jacira, carente de políticas públicas e viabilização para o acesso do cidadão ao usufruto de seus direitos. Buscando compreender o que leva as famílias acompanhadas pelo CRAS do Jd. Jacira a permanecerem em acompanhamento durante um longo período, uma vez que é proposto pelo PAIF a autonomia e o protagonismo dessas famílias. Tendo ainda como objetivos específicos, verificar o perfil das famílias atendidas pelo CRAS Jd. Jacira; conhecer o trabalho desenvolvido pelo PAIF neste CRAS; compreender as possíveis dificuldades que as famílias

encontram em aderir às intervenções propostas e identificar as principais demandas que perpassam gerações.

O interesse por desenvolver um trabalho na área da Assistência Social e principalmente na proteção social básica junto as famílias atendidas pelo PAIF, se deu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório no CRAS do Jd. Jacira no município de Itapeçerica da Serra, onde, diante da grande quantidade de famílias acompanhadas por muito tempo e com um agravamento das expressões da questão social, enfraquecendo vínculos familiares, fazendo com que as famílias acabem por continuar no programa por mais tempo que deveria e ainda, as próximas gerações sendo inseridas no mesmo, é que se dá a proposta, ou o problema deste trabalho de pesquisa, o qual “quais as principais vulnerabilidades que causam às famílias acompanhadas pelo CRAS Jd. Jacira, a dificuldade para sua emancipação e quais as possíveis causas que levam à evolução das demandas para as gerações posteriores?”.

Desta forma, a hipótese se apresenta onde a carência de políticas públicas no município de Itapeçerica da Serra, e a ausência de uma rede socioassistencial fortalecida para a efetivação da política social, contribuem na reprodução das vulnerabilidades no contexto familiar. Constatações que de alguma forma contraria a proposta do PAIF, que é justamente fortalecer vínculos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Então, quais são as possíveis causas que levam a reprodução das demandas dentro do contexto familiar?.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), não há um período máximo de permanência das famílias no serviço, mas se faz necessário avaliar os casos em que as equipes têm dificuldades para desliga-las, partindo do critério do cumprimento dos objetivos das ações propostas no CRAS ou em sua rede socioassistencial.

Desta forma, a realização desta pesquisa tem o intuito de compreender a dinâmica familiar e trazer um melhor entendimento e clareza de informações, com um caráter propositivo, contribuindo para que o trabalho com famílias neste município tenha um novo olhar, fortalecendo redes e fazendo valer o direito a assistência social e demais políticas públicas.

Para tanto o trabalho está apresentado em duas partes, a primeira contextualizando brevemente a Política de Assistência Social, os Programas de Transferência de Renda, o equipamento público que atende as demandas da proteção básica, ou seja, o Centro de Referência de Assistência Social e o perfil das famílias vulneráveis atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Na segunda parte, apresentamos o caminho metodológico utilizado para a realização da pesquisa, assim como, o campo e os sujeitos de pesquisa, e por fim, a pesquisa de campo, seus resultados e análise dos dados coletados.

## 2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA E PROCESSO DE FORMULAÇÃO

Para darmos início a este capítulo, passamos a discorrer brevemente sobre a Política de Assistência Social no Brasil, a qual foi marcada em sua trajetória por ações de caridade e clientelismo, tendo seu caminho da assistência social de uma prática conservadora e caritativa no campo de favores, para uma prática inovadora, no campo do direito, passado por longo processo.

Hoje, a Assistência Social é direito de Seguridade Social desde a Constituição Federal (CF) de 1988, a qual insere a Política de Assistência Social como política pública, formando o tripé da Seguridade Social juntamente com a Previdência Social e a Saúde, a Seguridade Social determina o padrão de proteção social com cobertura universal aos cidadãos brasileiros. No caso da Saúde todas as pessoas têm direito. A Previdência Social é destinada apenas aqueles que contribuem com o Sistema Previdenciário e a Assistência Social vai atender a quem dela necessitar. Em seu artigo 203, a Constituição Federal trata quanto aos objetivos de tal política.

Art. 203 - A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – promoção de integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração á vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser na lei. (BRASIL, 1988, p.122).

Regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>1</sup>, que foi aprovada em 1993, consolidando assim, o direito garantido na Constituição, a Política de Assistência Social não é contributiva, e é direito de todo cidadão, visando a prevenção de risco e vulnerabilidade social, frente ao enfrentamento da pobreza e a garantia dos direitos humanos. Sua definição encontra-se no primeiro artigo da LOAS:

---

<sup>1</sup> A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos. (MDS, 2009, p. 4).

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (MDS, 2009, p. 6).

A Política no art. 194, parágrafo único, da CF, estabelece os objetivos da seguridade social, aplicáveis, no que couber, à assistência social. Desta forma, o art. 2º da LOAS, discorre quanto a esses objetivos, os quais norteadores para sua execução:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (MDS, 2009, p. 6 e 7).

Em todo o contexto histórico a aprovação da LOAS foi decisiva, para que a efetivação e execução da Política de Assistência Social tivesse um novo conceito, alterando o modelo tradicional com a perspectiva de um sistema descentralizado e participativo.

Cabe ressaltar que a LOAS, também foi uma conquista pela mobilização de vários atores sociais, através de discussões e fundamentação, visando sua regulamentação, portanto, com a organização da 1ª Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS) realizada em junho de 1993, é que foi possível a sanção da lei no mesmo ano.

Embora a morosidade para o interesse do Estado e a intervenção para que assuntos relacionados a área social de fato houvesse efetivação, a aprovação da LOAS foi de grande importância e com conceito positivo para a legislação brasileira no campo dos direitos civis:

[...] a LOAS é a lei que assegura a assistência à população, como um direito da cidadania. Sistematizou e institucionalizou, como permanentes, os serviços assistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade e de risco social. Representou a maioria jurídica da assistência social, na história brasileira, instituindo o seu estatuto como política de Estado, integrada à Seguridade Social, inicialmente no âmbito do ex-MBES e, atualmente, no Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome - MDS. (SIMÕES, 2010, p. 299).

A LOAS iniciou o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social, por meio dos Conselhos deliberativos e paritários nos âmbitos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais, como também a realização das conferências municipais, do Distrito Federal, estaduais e nacional de Assistência Social.

Posterior à promulgação da LOAS, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 1995, revista em 1998 e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004, com a perspectiva de concretizar o que já havia sido promulgado na Constituição Federal de 1988 e na LOAS.

A partir daí o sistema descentralizado e participativo proposto pela LOAS, começou a se tornar possível, baseado nas orientações da PNAS/2004 com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que passou a organizar e coordenar as ações da assistência em todo o território nacional.

A PNAS em concordância com a LOAS estabelece os seus princípios democráticos a seguir:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2005, p. 32)

A PNAS estabelece também como funções básicas da assistência social a proteção social, sendo especificadas em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, que são organizadas pelo SUAS, cabendo ressaltar a seguir a definição da proteção básica, que está presente no tema deste trabalho:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2005, p. 33).

Para a efetivação da proteção social o SUAS faz o papel articulador por meio da rede socioassistencial, que leva para a população acessibilidade aos direitos garantidos por lei. Portanto, de forma descentralizada e participativa o SUAS articula também recursos dos três níveis de governo para a execução do financiamento da PNAS.

Os Programas de Transferência de Renda compõem a proteção social no campo dos benefícios não contributivos, sua origem veio em uma busca de alternativa ao modelo universalista de proteção social que emergiu da CF, essa iniciativa se consolidou através de um processo, com inúmeras contribuições dos Conselhos de Assistência Social e colegiado de gestores dos três níveis de Governo e demais atores sociais, como veremos a seguir.

## 2.1 Programas de Transferência de Renda (PTR)

Programa de Transferência de Renda trata-se de uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias, originando programas condicionados e focalizados em famílias pobres<sup>2</sup> e extremamente pobres; benefício sem contribuição prévia, sendo parte integrante do Sistema de Proteção Social no Brasil e na América Latina.

Esses programas de transferência de renda possuem três principais estratégias: prevenção, enfrentamento e suavização da pobreza. Segundo Ravallion, as estratégias de enfrentamento são orientadas para atenuar o impacto do risco ao qual as pessoas ou comunidades pobres estão expostas, uma vez que a situação de pobreza já é existente, e as estratégias de suavização e prevenção são adotadas para diminuir os riscos futuros. (BENINI; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 6).

Ao longo do contexto histórico das lutas e movimentos sociais e conquistas adquiridas a nível de direitos sociais, temos no Brasil a implementação tardia no que diz respeito a transferência de renda, somente em 1991 deu-se início a esse debate. Os programas de transferência de renda surgiram como políticas de combate à pobreza, primeiro no plano local, como ações de garantia de renda mínima ou bolsa escola passando por Campinas, Brasília, Ribeirão Preto e Santos no início da década de 1990.

Em se tratando de um debate mais específico sobre os programas de Transferência de Renda, o ano de 1991 é considerado o marco inicial desse debate, que foi, inicialmente, mobilizado pela aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima, em sessão do Senado Federal de 16/12/1991, de autoria do Senador do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy. Essa temática instituiu um debate, embora ainda muito restrito, que introduziu, definitivamente, na agenda pública brasileira, a possibilidade da implementação de Programas de Transferência de Renda, permitindo o surgimento das experiências pioneiras em Campinas, Brasília, Ribeirão Preto e Santos, seguindo-se de um conjunto de propostas em âmbito municipal e estadual, preconizando a transferência direta de auxílio financeiro como forma de complementação de renda de famílias pobres. Essas famílias seriam identificadas pela fixação de um determinado corte de renda, acrescido de outros critérios, em especial, a existência de crianças em idade escolar na família e residência desta, por um determinado

---

<sup>2</sup> Conceção de pobreza: é um fenômeno complexo, multidimensional e de natureza estrutural, portanto é mais que insuficiência de renda. É desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política.

tempo, no respectivo município. Têm-se, então, os primeiros esforços de implantação dos denominados programas de renda mínima ou bolsa-escola, no contexto de Sistema Brasileiro de Proteção Social. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p. 32-33).

A temática já discutida por outros países, em uma perspectiva de justa redistribuição de renda de toda a produção da riqueza a todo cidadão, chega ao Brasil, porém, diante da disparidade entre o investimento social e econômico em nosso País, se torna utópico, mas, de grande importância para se começar a pensar ações efetivas para diminuição da desigualdade social.

A década de 1990 é marcada pelo rompimento de direitos sociais universalistas, onde o governo brasileiro passa a adotar o projeto de desenvolvimento econômico sob a lógica neoliberal, visando inserir o país na economia globalizada, diante disto, houve um desmonte no que diz respeito a proteção social no Brasil, com restrições aos programas sociais.

Em 1995 acontece no Brasil as primeiras experiências de redistribuição de renda em nível local como o Renda Mínima, Bolsa-escola e outros, para posteriormente tomar proporção nacional.

Em 2003 o governo brasileiro decide unificar os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, denominando-o Bolsa-Família, unificando também as ações dos governos federal, estaduais e municipais em um único programa de transferência direta de renda através de convênios. Com a descentralização dos programas criou-se o Cadastro Único (CadÚnico), que segundo o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) através do Decreto nº 6.135 o define como base de dados nacional que identifica as características sociais e econômicas das famílias brasileiras mais pobres. Ele deve ser obrigatoriamente utilizado para selecionar beneficiários e integrar os programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

A Unificação conferiu maior racionalidade administrativa e aumentou a eficácia dessa política no enfrentamento da pobreza. Da mesma forma, foram criadas condições para a padronização de procedimentos de gestão, facilitando a compreensão sobre a operacionalização dos programas sociais do Governo Federal por parte da população e responsáveis dos estados e municípios (BRASIL, 2006, p. 05).

Esta decisão exigiu a instituição de um único cadastro (CadÚnico) e um cartão de recebimento do benefício, visto que cada programa possuía o seu. O diagnóstico também apontou um sistema de programas sociais de transferência de renda espalhados por vários ministérios, com diferentes listas de beneficiários e critérios para recebimentos de benefícios. Para resolução desses problemas, foram sugeridos, entre outras coisas, o recadastramento e a unificação dessas listas e a redefinição de critérios, para tal, exigiu-se do Ministério da Assistência Social a articulação dos Programas de Transferência de Renda e os outros programas e políticas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome os PTRs são apresentados na tabela abaixo.

**Quadro 1 - Programas de Transferência de Renda**

Programa	Finalidade	Público-Alvo	Benefício	Ano de Criação	Legislação
<b>Benefício por Prestação Continuada (BPC)</b>	Assegurar renda mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência incapacitada a para o trabalho e para a vida independente que não possua meios de prover sua manutenção nem tê-la provida por sua família, de modo a ampliar a cidadania dessas pessoas.	Pessoa idosa com 65 anos ou mais e pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho e para a vida independente. Em ambos os casos, a renda familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.	1 salário mínimo mensal.	1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arts. 203 e 204 da CF/88;</li> <li>• art. 20 da Lei nº 8.742, de 7/12/1993;</li> <li>• art. 34 da Lei nº 10.741, 1/10/2003;</li> <li>• Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005;</li> <li>• Resolução CNAS nº. 145, de 15/10/2004.</li> </ul>
<b>Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)</b>	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos em situação de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Famílias na área urbana: R\$ 40,00 mensal por criança/adolescente Famílias na área rural: R\$ 25,00 mensal por crianças/adolescente.	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arts. 203 e 204, CF/88;</li> <li>• Lei nº. 8.742, de 7/12/1993;</li> <li>• Lei nº. 8069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente)</li> <li>• Portaria nº. 458, de 4/10/2001;</li> <li>• Portaria nº. 666, de 28/12/05 (Integração PETI/ Bolsa Família).</li> </ul>

<b>Agente Jovem</b>	Resgatar jovens em situação de risco social, objetivando sua reinserção no sistema educacional e sua iniciação no mercado de trabalho e favorecendo a transformação social de sua comunidade.	Jovens de 15 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social.	Benefício mensal de R\$ 65,00.	2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arts. 203 e 204, CF/88;</li> <li>• Lei nº. 8.742, de 7/12/1993;</li> <li>• Portaria nº879, de 3/12/2001</li> </ul>
<b>Bolsa Família (PBF)</b>	Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres por meio de transferência direta de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 77,00 a 154,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 77,00.	Benefício mensal básico de R\$ 77,00 Variável por criança 35,00 Variável jovem 42,00	2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.836, de 9/1/ 2004</li> <li>• Decreto nº.5.209, de 17/09/2004;</li> <li>• Decreto nº 6.135, de 26/06/2007</li> <li>• Decreto nº 6.157, de 16/07/2007;</li> <li>• Decreto nº 5.749, de 11/04/2006.</li> </ul>

Segundo o MDS apesar das diferenças entre os PTR's, os mesmos possuem similaridades que os distinguem de outras políticas públicas do Governo Federal. E que apesar dos diferentes critérios de elegibilidade, todos são focalizados nos indivíduos ou famílias em situação de pobreza enquanto público alvo.

Partindo do pressuposto de que os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil, tais PTR's, os quais possuem critérios de inclusão, como por exemplo, a família deve possuir crianças e/ou adolescentes em faixa etária específica e que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino, ter renda familiar "per capita" de acordo com o programa, morar no Estado há mais de dois anos.

Também, as famílias beneficiárias devem cumprir com as condicionalidades do programa nas áreas de saúde e educação<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Segundo Carloto (2012), as condicionalidades buscam contribuir para a redução da evasão escolar, melhorar os rendimentos escolares, promover as consultas do pré-natal e elevar o nível de vacinação das crianças nas populações mais pobres.

Desta forma, tratando-se de programa de uma política de proteção básica, fica sob a responsabilidade dos CRAS a inscrição e acompanhamento das famílias beneficiárias.

## **2.2 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

O SUAS fundamenta a importância da articulação entre a proteção social básica e a proteção social especial com centralidade na família.

Na proposta do SUAS, é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, sendo consensado o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o sistema. Assim, a nova relação público e privado deve ser regulada, tendo em vista a definição dos serviços de proteção básica e especial, a qualidade e o custo dos serviços, além de padrões e critérios de edificação. Neste contexto, as entidades prestadoras de assistência social integram o Sistema Único de Assistência Social, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como co-gestoras através dos conselhos de assistência social e co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais em garantir direitos dos usuários a assistência social. (PNAS, 2005, p. 47).

A Proteção Social Básica foco deste trabalho, possui caráter preventivo, pois propicia o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, através de atendimento no CRAS possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), bem como a articulação com outras unidades da rede pública da Assistência Social, tais como: serviços públicos locais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e outros conforme necessidades; Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Instituições de ensino e pesquisa; Serviços de enfrentamento à pobreza; Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva; e Redes sociais locais: associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONG's), entre outros.

Portanto, as redes de serviços socioassistenciais apreciam as heterogeneidades e particularidades de cada grupo familiar, incluindo a população às outras políticas públicas garantindo sua autonomia e efetividade de direitos, pois

acredita que as parcerias beneficiam o trabalho cotidiano na realização de novos projetos, melhoram o conhecimento e apoiam as famílias.

O CRAS é o principal executor dos serviços da Proteção Social Básica, e deve estar inserido nos territórios de maior vulnerabilidade, respeitando as particularidades de cada grupo familiar, fortalecendo e facilitando o acesso pelas famílias às políticas sociais e serviços socioassistenciais do SUAS e demais políticas públicas.

Os CRASs são instalados em territórios brasileiros, onde o acesso aos serviços públicos são precários ou ausentes, onde há presença de famílias em situação de vulnerabilidade social que demandem proteção social, a defesa de direitos, estratégias e ações para o fortalecimento da cidadania.

Cada território tem sua peculiaridade, exigindo leituras particulares de cada localidade, sem desvincular da realidade mais ampla, conhecendo as condições das famílias, bem como seus vínculos sociais, portanto, a proximidade possibilita melhores estratégias de intervenção.

O CRAS tem duas funções básicas: a oferta do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) que somente pode ser executado pelo CRAS e a gestão da proteção básica no território de abrangência.

A centralidade do CRAS é a família que se denomina como matricialidade sócio familiar:

A matricialidade sóciofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família segundo a PNAS é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (MDS, 2013, p. 12)

Para se fazer presente a centralidade na família o CRAS desenvolve o trabalho social com famílias compreende atenções individuais aos seus membros, nas dimensões de vínculos, afetos, valores, cuidados e na prevenção de riscos, na promoção de direitos e fortalecimento de vínculos sociais. Trabalha na perspectiva de autonomia e protagonismo do sujeito, a fim de romper o ciclo de reprodução de exclusão social para gerações futuras:

Realiza, ainda, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos. (PNAS, 2005, p. 35 e 36).

Para que seja efetivado o processo de autonomia das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos e a prevenção de sua ruptura, os serviços de proteção básica a seguir são fundamentais:

- Programa de Atenção Integral às Famílias.
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (PNAS, 2005, p. 36).

Dentre os principais direitos sociais oferecidos pelo CRAS podemos destacar a inclusão no Cadastro Único para os programas sociais e de transferência de renda, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

### **2.3 Famílias Vulneráveis: perfil de atendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

A família independente das mais variadas formas de arranjo, é a base do desenvolvimento afetivo, da socialização e de seu próprio reconhecimento de cidadania ao longo de sua vida, o que está intimamente relacionado a sua interação e acesso aos direitos básicos como educação, saúde, trabalho e moradia.

Diante deste contexto, a desigualdade é pautada quando falamos em famílias em situação de vulnerabilidade social, as quais vivem o reflexo da má distribuição de renda no País, e que vai muito além de ser somente uma questão de famílias de baixa renda, uma vez que seus direitos são violados por serem vistas na sociedade de maneira pejorativa, reflexo também da lógica neoliberal, levando as mais variadas formas de expressão da questão social, desencadeando as demandas vivenciadas dentro e fora da família:

Falar em família neste começo do século XXI, no Brasil, como alhures, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. (ACOSTA, VITALLE, 2010, p. 21).

É na família que se constitui os principais traços que o indivíduo segue em sua trajetória de vida, é no seu interior que se constroem as marcas entre as gerações, os valores e tradições que ao longo do tempo são reproduzidos e socializados com o coletivo, é na família que se constitui a proteção integral, a garantia da sobrevivência e bem-estar:

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (FERRARI, KALOUSTIAN, 2011, p. 11 e 12).

Embora tenhamos uma diversidade de organizações familiares e por isso não existe uma padronização de um modelo, percebemos ao longo dessa evolução e transformações das famílias, principalmente quanto às conquistas femininas em uma sociedade machista, a luta das famílias homoafetivas pelos seus direitos, o espaço que as famílias monoparentais vem ocupando, que as famílias em situação de vulnerabilidade, diante da instabilidade econômica, precarização do trabalho, trabalho informal e serviços públicos precários, afetam a dinâmica familiar de tal modo que influenciam certamente em seus valores, costumes, cultura e tradições levando a cada geração uma perpetuação da pobreza.

A cultura apreendida pelas gerações passadas foi de proibições, cumprimento de ordens e obediência pelo controle imposto a população pobre, refletindo diretamente no cotidiano familiar, portanto, esse processo intergeracional das demandas vivenciadas pelas famílias vulneráveis impedem com que as expressem suas opiniões, potencialidades e o próprio reconhecimento de cidadãos de direitos.

A trajetória política e a instabilidade econômica de nosso país influenciaram as modalidades de atividades produtivas não formais nas comunidades, excluindo socialmente famílias pobres, devido à enorme desigualdade na distribuição de renda, bem como o acesso e serviços públicos precários, principais propulsores para a vulnerabilidade e risco social à essas famílias.

A família, ao longo da história moderna, foi-se caracterizando como um espaço de inserção e apoio para o indivíduo, embora não se negue também a existência nela da reprodução da desigualdade e da violência. Além disso, nas últimas décadas, a sociabilidade familiar parece estar sendo ainda mais valorizada, talvez porque o trabalho - assumido historicamente como o principal representante de integração e de acesso à cidadania, apesar de sua dimensão de exploração – está deixando de fazer parte da vida de muitos indivíduos, especialmente na condição de emprego, em decorrência de políticas neoliberais, adotadas no Brasil a partir da década de 1980 e intensificadas na década de 1990. (GUEIROS, 2002, p. 118).

Vale ressaltar que o termo vulnerabilidade social não está relacionado somente com as questões de desemprego e pobreza, bem como a falta de proteção social, a inacessibilidade à política pública e a fragilidade dos vínculos familiares e sociais:

Vulnerabilidade social apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, dificultando o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade. Refere-se a uma diversidade de “situações de risco” determinadas por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal etc, que favorecem a exclusão e/ou que inabilita e invalida, de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados (indivíduos, famílias), na satisfação de seu bem-estar – tanto de subsistência quanto de qualidade de vida. A pobreza, por exemplo, é uma vulnerabilidade efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza. (BRASIL, 2006, p. 43).

A Constituição Federal de 1988 contribuiu para alterações no que se refere a família, sendo ela a centralidade para o trabalho social, respeitando suas particularidades, crenças e valores.

Apesar da CF ter a família como centralidade, durante o contexto histórico das lutas e movimentos sociais no Brasil, pouco se discutiu sobre as expressões da questão social voltadas à família, somente em 1994 foi proclamado pelas Nações Unidas, o Ano Internacional da Família:

É no interior desse contexto que o Ano Internacional da Família, é em 1994, emerge como uma grande oportunidade de consolidação e avanço dos direitos humanos no Brasil. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque todas as problemáticas relacionadas à pessoa (criança, adolescente, jovem, mulher, deficiente e idoso) encontram seu desaguadouro natural na grande questão da família. Em segundo lugar, porque o tema da família tem sido historicamente relegado a um plano secundário na evolução das lutas sociais no país. (COSTA, 2011, p. 21).

É para estas famílias que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) tem sua origem no início dos anos 2000, passando por modificações, inclusive em sua nomenclatura, e sendo fundamental no âmbito do SUAS.

O trabalho com família se iniciou em 2001 com o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF), em 2003 surgiu o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF) e em 2004 o plano foi aprimorado e adequado as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) instituído o Programa de Atenção Integral à Família, alterando sua nomenclatura em 2009 com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, passando a se denominar Serviço de

Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo obrigatória a oferta deste serviço no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A importância do PAIF se deu pelo reconhecimento de que as vulnerabilidades e riscos sociais que atingem as famílias vão além da dimensão econômica, necessitando intervenções protetivas às famílias e ao direito à convivência familiar, diante disso, houve também a alteração do termo “atenção” para “proteção e atendimento”:

A nomenclatura “atenção” também foi substituída, para sermos capazes de expressar de forma mais fidedigna os objetivos do Serviço: não se pretende ofertar “atenção” às famílias, mas sim “proteção e atendimento”. O serviço foi, desse modo, definido de maneira menos genérica, aproximando a denominação de sua finalidade. (MDS, 2013, p. 10).

O PAIF trabalha na perspectiva de prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários integrando o nível de proteção básica do SUAS.

E para consolidar tais objetivos é função do PAIF o trabalho social com famílias, que necessita a implementação de procedimentos por profissionais que possuem conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, concretizando a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social, no âmbito da proteção social básica.

O PAIF antes de iniciar o trabalho social com famílias precisa conhecer o território a fim de compreender suas especificidades, as vulnerabilidades e potencialidades através de escuta qualificada.

As ações do PAIF não possuem caráter terapêutico, pois no âmbito da política de assistência social é baseada na concepção de garantir seguranças sociais através da acolhida, convívio familiar e comunitário, a renda, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência a riscos circunstanciais.

O PAIF precisa dar atenção especial às famílias de etnias diferenciadas, como povos indígenas e comunidades quilombolas, devido a sua invisibilidade social:

O PAIF também deve dispensar atenção especial ao atender famílias que possuem especificidades étnicas diferenciadas: povos e comunidades tradicionais, com destaque para os povos indígenas e comunidades quilombolas. O atendimento a estes segmentos sociais deve ser prioritário, pois materializa o pressuposto do SUAS descrito na PNAS: tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas. (MDS, 2013, p. 21).

A seguir será relacionado os perfis de famílias que são atendidas pelo PAIF:

- Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes;
- Famílias provenientes de outras regiões, sem núcleo familiar e comunitário local, com restrita rede social e sem acesso a serviços e benefícios socioassistenciais;
- Famílias recém-retiradas de seu território de origem, em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais;
- Famílias com moradia precária (sem instalações elétricas ou rede de esgoto, com espaço muito reduzido, em áreas com risco de deslizamento, vivenciando situações declaradas de calamidade pública, dentre outras);
- Famílias vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros);
- Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros);
- Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras);
- Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, dentre outros);
- Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros;
- Famílias com criança (s) e/ou adolescente (s) que fica (m) sozinho (s) em casa, ou sob o cuidado de outras crianças, ou passa (m) muito tempo na rua, na casa de vizinhos, devido à ausência de serviços socioassistenciais, de educação, cultura, lazer e de apoio à família;
- Família que entregou criança/adolescente em adoção;
- Família com integrante que apresenta problemas de saúde que demandam do grupo familiar proteção e/ou apoios e/ou cuidados especiais (transtornos mentais, doenças crônicas etc). (MDS, 2013, p. 29-30).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais O PAIF deve atender em especial

Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (MDS, 2013, p. 31).

O Trabalho social com famílias proposto pelo PAIF se especifica no âmbito da assistência social, como descrito a seguir:

- a) Adotar o conceito de família que consta na PNAS (2004): “conjunto de pessoas unidas, seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos e/ou de solidariedade”;
- b) Contemplar a diretriz “matricialidade sociofamiliar” da política, que afirma a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”. Tal diretriz expressa que a organização da política de assistência social tem como pressuposto a família como um “sujeito de direitos”;
- c) Ressaltar que a centralidade da família, na política de assistência social, também deve-se ao reconhecimento da importância dessa instituição na proteção social dos indivíduos. A PNAS (2004) afirma que a família é o “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias”.
- d) Pontuar que, em decorrência dessa centralidade na família, dentre os principais objetivos da política de assistência social estão: a proteção à família, proteção aos seus direitos e a promoção do fortalecimento da convivência familiar e comunitária. (MDS, 2012, p. 10 -11)

Cabe ressaltar que as ações propostas pelo PAIF a seguir, se relacionam com o objetivo geral deste projeto quanto ao protagonismo e autonomia das famílias e seus membros, uma vez que são acompanhadas por longo período de tempo:

Promover aquisições sociais e materiais às famílias é um objetivo do PAIF intrinsecamente ligado aos dois outros objetivos subsequentes: promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais e aos demais serviços setoriais. Todavia, destaca-se que além do acesso a outros serviços, sejam socioassistenciais ou setoriais, pode-se citar outras aquisições sociais, compreendidas como atributos necessários para potencializar o exercício do protagonismo e da autonomia das famílias e seus membros. Assim, podem ser percebidas como obtenções sociais importantes para promover o empoderamento das famílias e seus membros. (MDS, 2013, p. 50).

Quanto a autonomia e ao protagonismo, conforme as Orientações Técnicas sobre o PAIF de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, temos:

**Autonomia** – capacidade do indivíduo, famílias e comunidade de elegerem objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de colocá-los em prática sem opressões. Tal apreensão se opõe à noção de autossuficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou à ausência de coerções sobre preferências individuais, incluindo os direitos sociais que visam protegê-lo.

**Protagonismo** - capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de exercer a independência e a autodeterminação na sua vida pessoal, na convivência social e profissional e em sua participação na vida coletiva, imprimindo visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos e seus modos próprios de expressá-las. (MDS, 2012, p. 53)

A lógica neoliberal culminou no processo de globalização, disseminando o aumento da desigualdade social nos países subdesenvolvidos, refletindo nas famílias pobres, menos favorecidas, uma vez que este modelo econômico determina ao Estado a garantir apenas mínimos sociais. As famílias vulneráveis representam uma das expressões da questão social, pois, ao longo da história todo o reflexo negativo econômico e político elevou a exclusão social, o desemprego, o aumento da pobreza, a inacessibilidade à cultura e a educação de qualidade.

A família, enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. (FERRARI E KALOUSTIAN, 2011, p. 12)

A família em situação de vulnerabilidade social está sujeita ao enfraquecimento de seus vínculos, podendo até mesmo serem rompidos. Portanto, o trabalho social a fim de prevenir a ruptura de vínculos, é fundamental para garantir o fortalecimento familiar em sua totalidade, bem como sua emancipação e cidadania.

Desta forma, a família deve ser assumida como referência social, configurada no processo de sua historicidade, sendo ela a protagonista entre seus membros e a coletividade. Deve-se compreender a pluralidade em suas formas de organização, as relações de gênero e geração e a singularidade relativa a questões étnicas e culturais, a família contemporânea abrange uma imensa elasticidade.

### 3 O CAMINHO METODOLÓGICO

Com o objetivo de compreender o que leva as famílias acompanhadas pelo CRAS Jd. Jacira a permanecerem em acompanhamento durante um longo período, uma vez que é proposto pelo PAIF a autonomia e o protagonismo das mesmas, é que traçamos o caminho metodológico da pesquisa, o qual seguiu com os seguintes métodos de pesquisa: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com abordagem qualitativa.

A pesquisa bibliográfica direcionou teoricamente a base e desenvolvimento deste trabalho, por conta de todo o histórico das situações de vulnerabilidade social e todo contexto de política social apresentados.

A pesquisa de campo complementou ao estudo bibliográfico, através de entrevistas semiestruturada, onde concordamos e adotamos a teoria de Minayo (2007) onde diz que a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (p. 64). Através da entrevista semiestruturada, as questões foram pré-elaboradas com o objetivo de coletar dados objetivos e subjetivos. (Apêndice).

No entanto, no decorrer das entrevistas incluímos uma questão sobre o atendimento do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) que se localiza no bairro Jd. Jacira, a qual não prevista no roteiro inicial, devido a observação feita pela maioria dos munícipes durante o atendimento social, quanto a dificuldade de acesso ao encaminhamento para emprego por intermédio deste serviço.

Desta forma, buscando responder ao problema da pesquisa, ou seja, quais as principais vulnerabilidades que causam às famílias acompanhadas pelo CRAS Jd. Jacira, a dificuldade para sua emancipação e quais as possíveis causas que levam à evolução das demandas para as gerações posteriores, é que passamos a levantar possíveis famílias neste perfil.

Desta forma, selecionamos 10 famílias dez (10) famílias acompanhadas pelo PAIF do referido CRAS, todas com mais de dois anos de permanência em Programas de Transferência de Renda.

Os sujeitos desta pesquisa foram famílias que vivenciam uma série de situações de vulnerabilidade social, cada um com uma história particular, portanto, foi possível pesquisar cada situação com suas peculiaridades, semelhanças e diferenças, contribuindo para a riqueza de informações.

A intervenção com as mesmas foram as entrevistas, as quais realizadas em seus domicílios (7), e no próprio CRAS (3), durante o período de um mês, com duração máxima de 30 minutos cada entrevista. Mas antes, o projeto foi apresentado às mesmas, algumas em reunião socioeducativa no CRAS, outras em visita domiciliar, momento em que foram convidadas a fazerem parte da pesquisa e onde também foi agendada a entrevista.

Nesta perspectiva, trabalhamos com uma abordagem de pesquisa qualitativa, a qual se fez necessário, pois segundo Martinelli (1999), esta forma é a melhor forma de pesquisa para se conhecer o sujeito. Ela busca analisar as diversas facetas da realidade, a partir de um estudo aprofundado levando em conta a subjetividade dos indivíduos e dos contextos sociais.

[...] não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Para a análise dos dados, a metodologia utilizada foi através de descrições sistemáticas, qualitativa, o que contribuiu para a reinterpretação das entrevistas, buscando atingir uma compreensão dos significados destas, num nível que foi além de uma leitura comum, mas apresentando as particularidades de cada família, como discorre Martinelli (1999), bem como a percepção de sua própria realidade dentro do contexto de vulnerabilidade que estão inseridas.

Na verdade, essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito de pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 21).

É importante ressaltar que as entrevistas só foram realizadas após a autorização do comitê de ética e a pesquisa foi realizada no CRAS Jd. Jacira no início do segundo semestre de 2015.

### **3.1 O CRAS Jd. Jacira: o campo de pesquisa**

O campo de pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jd. Jacira, instituição onde foi realizado o estágio curricular obrigatório, localizado na Rua Guimarães Rosa, 22B Jardim Jacira em Itapecerica da Serra.

O CRAS foi inaugurado no ano de 2006, seu espaço físico é alugado, e encontra-se neste endereço acerca de dois anos. Situado no município de Itapecerica da Serra, de grande porte como prevê a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, com “uma população de 152.614 habitantes em uma área de 151 km<sup>2</sup>. Localizado na região Sudoeste da Grande São Paulo. Itapecerica da Serra encontra-se a 33km do marco zero do município de São Paulo (Praça da Sé). O seu território encontra-se inserido 100% em área de proteção aos mananciais” segundo dados do Geoprocessamento da Prefeitura de Itapecerica da Serra.

A área de abrangência do CRAS Jd. Jacira é de 30 bairros tais como: Crispim, Santa Julia I e II, Jaceguava, Chácara Balbina, Chácara Macedo, Cidade São Pedro, Jardim Analândia, Jardim do Carmo I e II, Jardim do Edem, Jardim Horacina, Jardim Horizonte Azul, Jardim Maria Cristina, Jardim Nogueira, Jardim Pelúcio, Sonia Maria, Jardim Trapé, Jardim Trolesi, Parque Jandaia, Parque Santo Antônio, Parque São Lourenço, Parque São Francisco, Recanto da Floresta, Recreio dos Colibris, Serra Linda, Vale da União, Jardim Jacira, Mombaça e conjunto Habitacional Paineiras.

Por ser uma região com área total de mananciais, sua atividade econômica se concentra no comércio, por isso não há indústrias e nem especulação imobiliária pela impossibilidade de construção de prédios, como vem sendo explorado na metrópole, faz divisa com a cidade de São Paulo, e outros municípios como Taboão da Serra, Embú das Artes, Embú Guaçu, São Lourenço da Serra, Juquitiba e Cotia. Por ser divisa entre os municípios, principalmente com a cidade de São Paulo, observamos que essa região é muito vulnerável, acarretando uma série de

expressões da questão social. Ao longo da história a forte migração ocasionou ao crescimento desordenado, com baixo custo de aluguel em moradias precárias no que se refere a estrutura, a maioria da população realiza trabalho informal devido ao desemprego.

A partir da experiência de estágio, verificamos o quanto esta população se tornou estigmatizada quando ao procurar trabalho formal, é identificado pelo empregador que residem na periferia perpassando pela região do M' Boi Mirim, com o agravante da distância e transporte intermunicipal gerando mais custo à empresa, o que justifica o grande número de munícipes na informalidade trabalhista. O saneamento básico ainda é precário nessa região, sendo recente o trabalho desenvolvido pela Sabesp, o CRAS por estar no território e ser de acesso a população foi utilizado como meio de divulgação em reuniões socioeducativas para conhecimento da implantação da rede de esgoto, bem como melhorias e prevenções aos impactos ambientais no território, vale ressaltar a importância de políticas de prevenção, porém, se deu de forma emergente, uma vez que situações de riscos já estavam sendo vivenciadas por algum tempo, como esgoto a céu aberto, o que gera questões de saúde pública.

Está dentro das competências do CRAS a articulação junto a rede socioassistencial e intersetorial dentro do município, a exemplo da parceria com a Sabesp representada por uma assistente social para realizar as reuniões socioeducativas no equipamento ao longo de um ano. Diante do contexto de migração e moradia precária, resultou para a população inserida em área de risco, impactos negativos, tendo que ser remanejadas e inseridas em projetos de urbanização, o que faz a articulação entre as secretarias de assistência social e habitação, demandando atuação de toda equipe do CRAS devido ao grande número de famílias.

Em 2012 houve a efetivação do projeto de urbanização e remanejamento de moradias precárias e áreas de alagamento, o que intensificava o acompanhamento às famílias dos bairros Jd. Sônia Maria, Jd. Do Carmo II e Jd. Jacira. Atualmente as famílias em área de proteção ambiental e urbanização, moradoras do bairro Jardim Horizonte Azul o qual metade pertence à São Paulo, reforça a migração dessas, pois fazem parte do mesmo projeto, aumentando a demanda ao CRAS.

No município de Itapeçerica da Serra estão referenciados quatro CRAS que estão localizados nas regiões de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social e risco: CRAS Parque Paraíso, CRAS Valo Velho, CRAS Jd. Jacira e CRAS Potuverá que está localizado na zona rural e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) localizado no bairro Parque Paraíso próximo a região central do município. Estes equipamentos fazem parte da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social (SIDS), situada no complexo administrativo no prédio da Prefeitura.

O CRAS Jd. Jacira possui atualmente a equipe técnica multiprofissional composta por (03) assistentes sociais, sendo que uma delas é a coordenadora do equipamento e as demais são técnicas, um (01) psicólogo e duas (02) estagiárias de serviço social. A equipe administrativa é composta por dois (02) recepcionistas, uma (01) assistente administrativo, um (01) orientador previdenciário, duas (02) cadastradoras do cadastro único, dois (02) auxiliares de serviços gerais. Seu horário de funcionamento é das 08hs às 17hs de segunda a sexta-feira. Para visitas domiciliares solicitamos o carro junto a secretaria de inclusão social.

Os principais programas e projetos deste CRAS se concentram no Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Renda Cidadã (PRC), Benefícios Eventuais,

Existe o Projeto Café com Prosa destinado ao Grupo de Convivência aos Idosos com o objetivo de trabalhar autonomia, resgatar a autoestima, a fim de se tornarem protagonistas de sua própria história, foi incorporado no plano de trabalho no ano de 2015, porém não houveram recursos financeiros, materiais e humanos para sua implantação.

O grupo de geração de renda faz parte somente do Programa Renda Cidadã, as oficinas são ofertadas aos beneficiários de acordo com o levantamento de interesse do próprio grupo, planejado no início de cada ano. Atualmente as oficinas são de culinária. Vale ressaltar que nesta oficina devido não oferecer espaço físico adequado, são feitas a partir de demonstração, fazendo com que as pessoas observem mais do que de fato participem. Portanto, o espaço físico não permite também outras oficinas sugeridas pelos usuários, como por exemplo, curso de cabeleireiro e estética.

Com o propósito de capacitação da equipe técnica e articulação da rede, uma vez que a mesma necessita de fortalecimento, foi criado pela coordenadora do CRAS Jd. Jacira projeto de formação para os profissionais, visando melhor integração entre a equipe multiprofissional e proporcionando troca de conhecimento.

Os grupos socioeducativos realizados no CRAS são ofertados a partir dos programas socioassistenciais Bolsa Família e Renda Cidadã.

### **3.2 O trabalho social do PAIF no CRAS Jd. Jacira**

Como já referido, o PAIF trabalha na perspectiva de prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários integrando o nível de proteção básica do SUAS, através do CRAS.

Sendo o CRAS porta de entrada das famílias, principal acesso para a busca de direito de todo cidadão que deste necessitar, o atendimento das famílias se dá de várias formas, podendo ser através de demanda espontânea, encaminhamentos da rede socioassistencial e busca ativa.

Inicialmente a ação acontece passando pelo acolhimento por meio da escuta qualificada através do atendimento social, onde utilizamos a ficha social<sup>4</sup> como instrumental, a partir daí podemos identificar demandas e fazer os encaminhamentos necessários. No atendimento social realizamos também o estudo sócio econômico, desta forma as famílias são encaminhadas para reunião de orientação dos programas sociais bolsa família e renda cidadã com o objetivo de orientá-los quanto aos critérios, condicionalidades e documentos necessários, pois o cadastro único é abrangente, o que possibilita acesso a outros serviços públicos, tornando esse momento de reflexão quanto aos direitos e deveres.

As principais demandas atendidas no CRAS são: falta de documentação, o que nos possibilita trabalhar o resgate de cidadania, famílias com filhos em cumprimento de medida socioeducativa, famílias com descumprimento de condicionalidades, identificação de violência doméstica familiar, dependência

---

<sup>4</sup> Instrumental utilizado para atendimento social

química, questões de saúde mental, mesmo sendo uma demanda da saúde, pois no município existe dificuldade de articulação com esse setor, pois ainda não há um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para atender esse público.

Diante da ausência deste equipamento da saúde, o CRAS acaba atendendo as principais demandas, o que nos impossibilita de trabalhar com as famílias através do acompanhamento e articulação efetivo com a rede socioassistencial e intersetorial a qual não é fortalecida dentro do território. O município disponibiliza somente um CREAS e os nossos encaminhamentos ficam parados, dificultando-nos dar continuidade no acompanhamento, visando o fortalecimento de vínculo com essas famílias. No que diz respeito ao terceiro setor, não temos dentro do município nenhuma ONG que ofereça o serviço de proteção básica integrando o PAIF como a execução de grupos de convivência.

Articulação de rede que também é uma atribuição do PAIF, se dá com creches para vaga social, creches conveniadas com a prefeitura, uma no bairro do Santa Júlia e uma no bairro do Jd. Jacira.

O trabalho social com o objetivo de estimular o protagonismo e autonomia das famílias previsto no PAIF ainda não é efetivo através dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos devido o equipamento não oferecer espaço físico, mas em experiência vivenciada ao longo do estágio e através de estudo de caso compartilhado pela equipe multiprofissional, observamos que este trabalho é realizado de forma individualizada no atendimento psicossocial, visitas domiciliares e nas reuniões sócio educativas, acompanhamento este realizado através da ficha social, a qual nos mostra os avanços das famílias acompanhadas, porém esses dados não estão estruturados em sistema, o que não nos permite mensurar a quantidade de famílias que possivelmente alcançaram a autonomia bem como emancipação.

Desta forma, a perspectiva do PAIF quanto ao trabalho de prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários integrando o nível de proteção básica do SUAS acaba não se consolidando, visto que as ações se apresentam fragmentadas.

O município de Itapeçerica da Serra passou por mudança do regime celetista para estatutário somente no início de 2015, sendo assim ainda será implantado o plano de carreira de cargos e salários, o que traz uma perspectiva de melhoria de salário e diminuição da rotatividade de profissionais.

Cabe apontar que a rotatividade da gestão também influencia para a continuidade e avanços dos programas e projetos propostos e desenvolvidos no equipamento, a exemplo deste ano que passamos por três secretárias de assistência social, observando que nenhuma tinha o conhecimento da política de assistência social, tendo em suas formações as áreas de enfermagem, pedagogia e psicologia. Com essas mudanças constantes muda-se o foco e direcionamento resultando na prática profissional um trabalho paliativo.

Mas para que os objetivos do PAIF se consolide junto ao trabalho social com famílias, é necessário a implementação de procedimentos por profissionais que possuam conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, concretizando a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social, no âmbito da proteção social básica.

Contudo, ainda existem iniciativas quanto ao levantamento de temas para as reuniões sócio educativas cujos são propostos pelos próprios beneficiários no início do ano, e posteriormente feito articulação com a rede para realização de palestras nas áreas da saúde, segurança – Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD), pré conferência, Sabesp, temas voltados ao direito e cidadania, violência, dependência química, depressão.

Nas reuniões realizadas reuniões entre os CRASs uma vez ao mês com coordenadores e gestores, para avaliação e monitoramento dos serviços ofertados, as principais queixas são reivindicação quanto melhoria na estrutura física e adequação de equipamentos e Recursos Humanos, não havendo nestes espaços a possibilidade de discussão quanto a efetividade do PAIF. Mas são realizadas desde março de 2015 reuniões de rede propostas pelo Conselho Tutelar para articulação e discussão de caso.

Também há proposta através das reuniões entre os CRASs para reunião mensal com a rede, articulando a rede socioassistencial, e os outros setores, porém, ainda não foi colocado em pauta.

### 3.3 Resultados e análise dos dados

Para a apresentação dos resultados e concomitantemente a análise dos dados coletados, apresentaremos o perfil dos sujeitos de pesquisa, os quais, 10 famílias atendidas pelo CRAS Jd. Jacira, as quais passaram, conforme apresentado no caminho metodológico, por entrevistas. Importante ressaltar que tais famílias serão aqui identificadas por Sujeito 01, Sujeito 02 e assim sucessivamente até o Sujeito 10.

**Quadro 2 – Perfil das famílias entrevistadas**

Famílias Entrevistadas	Sexo	Idade	Escolaridade	Número de Integrantes	Trabalho
Sujeito 01	Feminino	51	1ª Série E.F	05 pessoas	Informal
Sujeito 02	Feminino	24	Ensino Médio	03 pessoas	Informal
Sujeito 03	Feminino	31	6ª Série E.F	03 pessoas	Desempregada
Sujeito 04	Feminino	41	5ª Série E.F	05 pessoas	Não trabalha
Sujeito 05	Feminino	55	4ª Série E.F	03 pessoas	Não trabalha
Sujeito 06	Feminino	34	2ª Série E.F	06 pessoas	Informal
Sujeito 07	Feminino	32	Ensino Médio	03 pessoas	Informal
Sujeito 08	Feminino	40	1ª Série	06 pessoas	Informal
Sujeito 09	Feminino	70	Não alfabetizada	01 pessoa	Beneficiária BPC
Sujeito 10	Feminino	54	Não alfabetizada	03 pessoas	Não trabalha

Os sujeitos pesquisados foram todos do sexo feminino, com idade entre 24 e 70 anos, em sua maioria com baixa escolaridade, metade não tem vínculo empregatício, realizando trabalho informal, dentre as funções relatadas a maioria trabalha como diarista, dois sujeitos relatam estar em situação de desemprego e as demais não realizam atividade econômica, nestes casos, trata-se de duas mães que não trabalham para acompanhar seus filhos na área da saúde e saúde mental, e uma idosa beneficiária do BPC.

Em relação a escolaridade observamos que somente o (Sujeito 02) e o (Sujeito 07) completaram o Ensino Médio.

Quanto a permanência e acompanhamento prolongado que pretendemos verificar, enquanto uma das propostas do PAIF para a busca de autonomia e o protagonismo dessas famílias, temos na tabela abaixo, os programas em que as famílias estão inseridas e seu tempo de permanência nos mesmos.

**Quadro 2 – Tempo de Permanência nos Programas de Transferência de Renda**

Famílias Entrevistadas	PTR	Tempo de Permanência
Sujeito 01	Bolsa Família	10 anos
Sujeito 02	Bolsa Família	02 anos
Sujeito 03	Bolsa Família	09 anos
Sujeito 04	Bolsa Família BPC	10 anos
Sujeito 05	Bolsa Família	03 anos
Sujeito 06	Bolsa Família	10 anos
Sujeito 07	Bolsa Família	05 anos
Sujeito 08	Bolsa Família Renda Cidadã	06 anos
Sujeito 09	BPC	05 anos
Sujeito 10	Bolsa Família Renda Cidadã	03 anos

Todos os sujeitos de pesquisa estão a mais de dois anos recebendo os benefícios. A maioria está inserida no Bolsa Família. Os (sujeitos 08 e 10) são beneficiários dos dois programas de transferência de renda, sendo que o programa renda cidadã tem um prazo de 03 anos de permanência, podendo voltar a ser inserido após um ano caso seja identificado a necessidade através de estudo sócio econômico. O sujeito 04 tem um filho beneficiário do BPC e por conta disto foi desligado do Bolsa Família devido a renda familiar.

Em sua maioria os sujeitos relatam que sempre precisaram do benefício, tendo alguma vez bloqueado por motivo de incondicionalidades, por terem filhos já maiores de idade, ou por ter recebido na adolescência e voltar a receber em sua nova composição familiar, de acordo com os sujeitos a seguir:

*Recebia o Bolsa quando minha filha era pequena, parou depois que ficou maior de idade. Agora recebo pela minha netinha, já tem 03 anos. (Sujeito 5)*

*Sempre precisei. Só parei de receber mesmo quando fiquei de maior e quando acabou o Renda que recebi 03 anos, [...] (Sujeito 2)*

*Tem 10 anos desde quando minha filha era pequena. Eu preciso muito por causa do meu filho. Só depois do BPC que cortou, eles dão um e tirão o outro, mas agora meu esposo está desempregado, espero que eu receba de novo. Mas eu me sinto humilhada pelas perguntas que eles fazem (Sujeito 4)*

Podemos analisar a partir do relato dos sujeitos, que em todo o tempo necessitam do benefício, tendo ficado sem receber em algum momento por questões externas e não por autonomia dos mesmos.

Percebe-se, que a maioria das famílias entrevistadas, relatam ter familiares em outros bairros e Estados que também estão inseridas nos programas de transferência de renda, como irmãos, sobrinhos e filhos, conforme relatos:

*Minha irmã recebe e minhas filhas de 22 e 26 anos também. (Sujeito 01)*

*[...] depois voltei e fiz o meu cadastro, fiquei de maior e parei de receber, e minha tia de São Paulo já recebeu o BF (Sujeito 2)*

*Duas tias minha já receberam o BF (Sujeito 03)*

*É uma cidade pequena e tudo é distante, os meus parentes também recebem o Bolsa Família, lá todo mundo precisa. Fica no Vale do Jequitinhonha – MG” (Sujeito 4)*

*Tem minha irmã, já recebeu quando os filhos eram pequenos. Irmã mais velha. (Sujeito 06)*

*Minha filha recebe o Bolsa Família. (Sujeito 09)*

Em análise desses dados, podemos identificar que a maioria dos sujeitos tem em sua rede de familiares e parentes perpassando gerações anteriores e posteriores, o histórico de participação em programas de transferência de renda, bem como a permanência.

Tais dependências talvez se deem devido à ausência de trabalho formal, que como já relatado, é situação da maioria dos sujeitos, o que podemos ainda associar ao baixo nível de escolaridade.

Diante disso identificamos a dificuldade para se conseguir emprego, e, portanto, foi questionado como se dá o atendimento no PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador, as respostas são parecidas entre o sujeito com baixa escolaridade e o sujeito com ensino médio:

*Nesse PAT só faz ficha e nunca chamam. Aí fico trabalhando na reciclagem mesmo. (Sujeito 8)*

*Nunca tem vaga, e quando aparece é sempre longe. Já perdi emprego porque o patrão não queria pagar duas conduções. Aqui não tem creche pública, pra gente que tem filho, não dá pra pagar aluguel, uma pessoa pra olhar e mais a creche, quando é longe tem que sair muito cedo e voltar muito tarde, daí nem compensa. (Sujeito 7)*

Percebe-se ainda que a inviabilidade de acesso ao emprego por meio do PAT não se dá somente pelo fato da baixa escolaridade, como também pela oferta de vagas distanciadas dos bairros de abrangência do território, com o agravante da precarização do transporte intermunicipal como no caso do (sujeito 02) que reside nas imediações onde já não dá acesso ao ônibus municipal:

*[...] já fui nesse PAT e nada, a gente preenche ficha e nada, como da condução é ruim, no Jacira ainda tem opção, mas pra mim não tem bilhete único, então você depende daquele ônibus e também como da segurança que a gente não tem nenhuma, o município não oferece nada. É difícil Já perdi dois empregos por causa de pegar duas conduções, fiz a entrevista ela falou que ia me chamar quando viu que ia pagar duas conduções disse que só pagava uma e precisava de uma pessoa que morasse mais perto [...] (Sujeito 02)*

Como o PAIF trabalha na perspectiva de prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, propõe a participação nas reuniões socioeducativas, desta forma, questionamos quanto a importância dos temas abordados, e podemos analisar que a maioria dos sujeitos não participam das reuniões, nem mesmo seu integrante da composição familiar. Em seus relatos muitos responderam, não ter o conhecimento das reuniões do programa bolsa família e que somente participavam das reuniões socioeducativas quando recebiam benefício do programa renda cidadã em outra época.

*Só participava da reunião de geração de renda quando recebia o Renda Cidadã. Não sabia que tinha reunião do Bolsa Família também. (Sujeito 03)*

*Eu não sabia da reunião do Bolsa Família, só do curso de geração de renda, de artesanato e pintura. (Sujeito 08)*

*Só participei das reuniões quando tinha o Renda Cidadã, do Bolsa Família não sabia que tinha. Eu gostava muito, me ajudava na depressão, conversava com as pessoas, me distraia. (Sujeito 10)*

As famílias que relatam participar são dos (sujeitos 05, 06, 07 e 09) sendo que o (sujeito 07) relata que: “*vou por obrigação, para me manter no programa*”, os demais referem gostar das reuniões e dos temas abordados, com preferência para o tema de violência contra a mulher. Os sujeitos restantes tem conhecimento da reunião, mas relatam que não vão por conta dos “bicos” que fazem e por cuidar dos netos como no caso do sujeito 01 “*Não vou há quatro meses, para poder cuidar dos meus netos*”.

Cabe apontar que as reuniões socioeducativas para o programa renda cidadã é uma condicionalidade, devendo o beneficiário justificar suas faltas. Para o programa bolsa família a participação não é uma condicionalidade, mas em reunião de orientação são informados pela gestora do programa quanto a importância de participar, ressaltando que antigamente não se fazia a reunião de orientação, portanto provavelmente o munícipe inserido no programa há muito tempo pode ser que não tenha esse conhecimento, embora essa informação seja reforçada no período de recadastro. Quando o munícipe faz parte de dois programas frequenta

somente uma reunião, a qual é priorizado a reunião do renda cidadã, para que se participe também das oficinas de geração de renda.

Outra demanda importante a ressaltar são famílias que tem filhos com deficiência e dependem dos programas, pois, precisam acompanhá-los ao médico com frequência, dificultando assim sua emancipação, principalmente quando os serviços são encontrados somente em outros municípios:

*Meu filho é deficiente auditivo e intelectual, não confio em ninguém para cuidar, vou sempre pra longe. Tenho que ir pra Taboão da Serra para passar com o Neurologista, foi encaminhado para São Bernardo para tratamento na Funcraf e faz exame em Cotia. O Bolsa Família é pouco, mas ajuda muito. (Sujeito 4)*

Se faz importante refletir através dessa análise, trazendo a experiência do estágio, pois, esse tipo de demanda é grande no território, acompanhamos muitos casos de saúde mental, sem o tratamento adequado, visto que ainda não tem no município um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS - destinado a crianças e adultos, existindo somente um (01) CAPS AD.

De acordo com esta pesquisa de campo, podemos verificar as principais dificuldades vivenciadas pelos usuários entrevistados, como já foi dito a precarização de emprego devido a distância, transporte de difícil acesso e baixa escolaridade reforçando assim o trabalho informal, ausência de creche pública, impossibilitando que as mães consigam conciliar emprego distante e baixo salário, para ter que custear os cuidados dos filhos, alcoolismo e demandas psicossociais.

*Não ter estudo dificulta para conseguir emprego. Nunca tive “cabeça” para voltar a estudar [...] As brigas que tinham quando o pai dos meus filhos bebia, atrapalhou muito nos estudos do meu filho mais velho, que não queria ir pra escola para me proteger. (Sujeito 01)*

*Emprego mais próximo e a falta de creche pública. A época que trabalhei foi na Vila Leopoldina, e era muito difícil, agora que tenho que acompanhar meu filho, tem que ser mais próximo e é difícil de achar. (Sujeito 03)*

Minha filha trabalhou no Shopping, mas chegava muito tarde, morar em lugar perigoso pra chegar tarde, emprego longe, não tem creche pública, não posso trabalhar por causa da neta [...] e tenho depressão né [...] não dá. (Sujeito 05)

*Não tem creche pública, muitas vezes o salário não compensa ir trabalhar longe, é muito tempo fora, tem que pagar creche e uma pessoa pra cuidar. Não tem curso profissionalizante para jovem, meu filho quer ganhar dinheiro por isso vai trabalhar no farol em São*

*Paulo [...] Quando tem vaga é muito longe e tem patrão que não quer pagar condução. (Sujeito 06)*

Quando foi indagado aos sujeitos entrevistados qual seria sua expectativa para melhoria em sua qualidade de vida, todos responderam no mesmo sentido, não carregam uma perspectiva de melhoria em sua situação de vida. Desacreditam, e vão perdendo os sonhos ou transferindo essa perspectiva para aos filhos:

*Não ter estudo dificulta para conseguir emprego. Nunca tive “cabeça” para voltar a estudar por causa do meu ex-marido que bebia muito. Só meus dois filhos mais novos que estudaram, o mais velho “coitado” tinha que me proteger do pai e não conseguia ir para escola. Está tudo perdido filha. (Sujeito 1)*

Todas as famílias pesquisadas desconhecem o que é o PAIF e o trabalho que deve ser realizado no CRAS, com uma perspectiva assistencialista aos programas e atendimento, bem como uma visão de controle sobre as mesmas quanto as condicionalidades, diferente do que é proposto pela Política de Assistência Social, não percebendo que são cidadãos de direito, não aproveitam o espaço público para seu protagonismo e autonomia.

Identificamos que o PAIF não é executado dentro do equipamento como preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, principalmente no que diz respeito ao desligamento destas famílias dos programas com alcance da emancipação e autonomia, visto que não há uma sistematização e controle para identificar tal protagonismo, sendo esta execução parcial, uma vez que o trabalho da equipe técnica multiprofissional faz os acompanhamentos e controle manual em ficha social, acolhida, relatório técnico, encaminhamentos para rede socioassistencial e intersetorial, intervenções, muitas vezes emergenciais diante da sobrecarga de demandas, rotatividade, precarização do trabalho e dos demais serviços públicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa se propôs conhecer e identificar as principais demandas que perpassam por gerações junto às famílias que recebem os benefícios dos programas de transferência de renda, através do CRAS, executor do PAIF e principal acesso a proteção social básica, dentro de um contexto globalizado cada vez mais desigual, e sobretudo cada vez mais esquecido, a exemplo das demandas que podemos conhecer, dentro de um território que faz divisa com a cidade mais capitalista deste país, que acolhe uma série de expressões da questão social, muitas vezes invisíveis aos olhos, principalmente de quem detém o poder.

É possível observar o quanto as famílias estão estigmatizadas pelas demandas que trouxeram, uma vez que apresentam uma baixa auto-estima em relação ao poder de pertencimento do território em que vivem, não acreditando em melhoria de qualidade de vida, que é possível através das suas potencialidades e habilidades, que muitas vezes é desconhecido do próprio indivíduo, como também o desconhecimento do espaço público como meio de fortalecimento de vínculos e participação social quanto ao controle social e busca de direitos.

O objetivo principal deste trabalho é compreender o que leva as famílias acompanhadas a permanecerem durante longo tempo de permanência, uma vez proposto pelo PAIF a autonomia e protagonismo dessas famílias, essa indagação nos remete as famílias entrevistadas, que inseridas nos programas, pouca relevância dão as reuniões e oficinas, por não entenderem a importância deste trabalho para sua autonomia, percebem o serviço como campo de favor. As famílias não são desligadas dos programas quando conquistado emancipação e autonomia como preconizado na Tipificação socioassistencial, portanto o PAIF é executado parcialmente, através dos atendimentos sociais para acolhida, visita domiciliar e busca ativa.

Quanto a problemática proposta pelo trabalho, a qual entender quais as principais vulnerabilidades que causam as famílias acompanhadas a dificuldade para sua emancipação reproduzindo demandas para outras gerações. Podemos assim considerar através das vulnerabilidades apresentadas, as quais delimitam essas famílias para uma expectativa de melhoria em suas vidas, pois, as expressões da questão social estão intrínsecas em seu cotidiano, através da produção e

reprodução da pobreza e a desigualdade que enfraquece ainda mais as possibilidades, portanto, sozinhas não conseguem perceber a dimensão deste problema.

Diante dos relatos dos sujeitos de pesquisa quanto a dificuldade de acesso a serviços públicos, como transporte coletivo, carência na área da saúde, sobretudo a saúde mental, ausência de creche pública, não geração de cursos profissionalizantes, parcerias para conquista de emprego com vínculo empregatício, rede socioassistencial não fortalecida como no caso do CRAS, que trabalha praticamente sozinho no território com pouca possibilidade de articulação para realizar efetivamente o trabalho social com as famílias.

Assim sendo esse conjunto de privações de políticas públicas respondem a hipótese deste trabalho de pesquisa, afirmativamente, uma vez que os sujeitos pesquisados encontram dificuldade de acesso como exposto anteriormente, o principal responsável pela produção e reprodução da pobreza e a falta de emancipação das famílias é o Estado, neste caso representado pelo Município de Itapeverica da Serra, reproduzindo medidas que dificultam e inviabilizam a ascensão e o desenvolvimento das famílias envolvidas no processo.

Finalizo este trabalho de pesquisa, certa de que a experiência adquirida somada com a bagagem teórica, fomentará a minha trajetória como assistente social e pesquisadora, para continuidade do conhecimento que não cessará.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller., **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**, 5. ed. São Paulo Cortez: 2010.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social**. Dicionário de termos técnicos da assistência social. Belo Horizonte: ASCOM, 2006.

BENINI, Gisléia; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony de Sa Barreto. 2009. **Impactos do programa Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais**. Revista ABET vol. VII — n. 1/2008. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15224/8614>. Acesso em 12 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2010. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**. Manual de Gestão de Benefícios, Brasília/DF, 2006. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Novembro de 2004. Acesso em: 10 ago. 2015

CARLOTO, Cassia Maria. **Condicionalidades nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres**. Sociedade em Debate, Pelotas, 18(2): 121-130, jul.-dez./2012.

COSTA, A. C. G. **A Família como Questão Social no Brasil**. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org) Família Brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez. 2011.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S.M. **A importância da família**. In: KALOUSTIAN, S.M. Família brasileira, a base de tudo. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção social**: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Serviço Social e Sociedade nº71. São Paulo: Cortez, 2002, p. 02-120.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa - Um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em 27 Abr. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

PREFEITURA DE ITAPECERICA DA SERRA.  
<http://www.itapecerica.sp.gov.br/geoprocessamento.html> Acesso em: 20 Nov. 2015

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 3)

## APENDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual a sua escolaridade?
- 3- Qual seu estado civil?
- 4- Desenvolve algum trabalho formal ou informal?
- 5- Quantos integrantes residem na sua residência?
- 6- Quanto tempo mora no município de Itapeçerica da Serra?
- 7- Qual o Programa de Transferência de Renda – PTR que sua família faz parte?
- 8- Há quanto tempo sua família está inserida neste programa de transferência de renda?
- 9- Desde que passou a receber o Programa de Transferência de Renda, em algum momento passou a não precisar mais dele? E por qual motivo voltou a inserção no programa?
- 10- As gerações anteriores já participaram ou participam de algum programa de transferência de renda?
- 11- O que conhece sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – (PAIF).
- 12- Como é para você participar das reuniões socioeducativas promovidas pelo CRAS?
- 13- Qual tema abordado mais se identificou com os problemas enfrentados por sua família?
- 14- Os temas abordados nas reuniões socioeducativas contribuem para as soluções dos problemas da sua família?
- 15- Já precisou de encaminhamento do CRAS para outro serviço público dentro do município? Quais foram os encaminhamentos?
- 16- Como foi o acesso para conseguir atendimento em outros serviços públicos?
- 17- Já precisou de algum serviço que não existe dentro do município? Quais foram e em qual outro município conseguiu acesso?

18- Qual principal dificuldade você encontra para conseguir outras alternativas para melhorar a sua qualidade de vida, que não seja somente através dos programas de transferência de renda?

## ANEXOS

### A - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

A instituição Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Jd. Jacira autoriza coleta de dados e realização de entrevista com as famílias participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – (PAIF), que tem como objetivo: Compreender o que leva as famílias acompanhadas pelo CRAS do Jd. Jacira a permanecerem em acompanhamento durante um longo período, uma vez que é proposto pelo PAIF a autonomia e o protagonismo dessas famílias, de responsabilidade do pesquisador Luciane de Cassia de Faria tendo como pesquisadores: Patricia Kelly Portugal Machado que está vinculado à Universidade de Santo Amaro –UNISA. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos nela recrutados.

---

Nome e CPF do responsável pela instituição

---

Cargo do responsável pela instituição

---

Assinatura do responsável pela instituição

Data: -----/-----/-----

---

Assinatura do orientador

Data: -----/-----/-----

## **B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estes esclarecimentos estão sendo apresentados para solicitar sua participação livre e voluntária no projeto “O trabalho com famílias no CRAS Jd. Jacira: uma abordagem frente às demandas que perpassam gerações”, do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro - UNISA, que será realizado pelo pesquisador Luciane de Cassia de Faria, e pelo graduando Patricia Kelly Portugal Machado do Curso de Serviço Social, como Trabalho de Conclusão de Curso.

A realização desta pesquisa tem o intuito de compreender a dinâmica familiar e trazer um melhor entendimento e clareza de informações, com um caráter propositivo, contribuindo para que o trabalho com famílias no município de Itapeçerica da Serra tenha um novo olhar, fortalecendo redes e fazendo valer o direito a assistência social e demais políticas públicas.

O objetivo de compreender o que leva as famílias acompanhadas pelo CRAS do Jd. Jacira a permanecerem em acompanhamento durante um longo período, uma vez que é proposto pelo PAIF a autonomia e o protagonismo dessas famílias.

Serão realizadas entrevistas com as famílias participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – (PAIF) do CRAS Jd. Jacira, através de um roteiro de questões previamente estabelecido com perguntas abertas e fechadas para que seja possível a livre expressão do pesquisado durante a entrevista. O método de coleta dos dados será a anotação e posteriormente a transcrição das informações das entrevistas, para compreender o objetivo geral desta pesquisa, a entrevista será individualmente com um representante de cada família participante, sendo no total de 10 famílias. As entrevistas acontecerão no CRAS Jd. Jacira. Será realizada em um período de um mês, com duração máxima de 30 minutos cada entrevista.

A pesquisa não implica em nenhum gasto para o entrevistado, o qual também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à sua participação. Não serão divulgados os nomes dos participantes, mantendo-se dessa forma a confidencialidade das informações prestadas, lembrando que, sua recusa de participação não lhe trará nenhuma penalidade.

Existem riscos mínimos, possível desconforto em abordar as questões da pesquisa. Não há benefício direto para o participante. Trata-se de estudo experimental testando a hipótese de que a carência de políticas públicas no município de Itapeçerica da Serra, e a ausência de uma rede socioassistencial fortalecida para a efetivação da política social, contribuem na reprodução das vulnerabilidades no contexto familiar. Somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício.

É garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas ou informações sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores.

O pesquisador responsável é a Prof. Luciane de Cassia de Faria, que pode ser encontrado no endereço Rua Isabel Schmidt, 349 – Santo Amaro, SP – Tel.: 11-2141-8932.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Prof. Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687.

É garantida sua liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de qualquer benefício que você tenha obtido junto à Instituição, antes, durante ou após o período deste estudo.

As informações obtidas pelos pesquisadores serão analisadas em conjunto com as de outros participantes, não sendo divulgada a identificação de nenhum deles.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Em caso de dano pessoal, diretamente relacionado aos procedimentos deste estudo (nexo causal comprovado), a qualquer tempo, fica assegurado ao participante o respeito a seus direitos legais, bem como procurar obter indenizações por danos eventuais.

Uma via deste Termo de Consentimento ficará em seu poder.

São Paulo, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_

(os pesquisadores)

Se você concordar em participar desta pesquisa assine no espaço determinado abaixo e coloque seu nome e o nº de seu documento de identificação.

\_\_\_\_\_

Nome: (do participante)

Doc. Identificação:.....

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo, conforme preconiza a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, IV. 3 a 6.

-----

Assinatura do pesquisador responsável pelo estudo

Data / /

-----

Assinatura dos demais pesquisadores

Data / /

## **C – CARTA DE INFORMAÇÃO**

Prezado usuário, você está sendo convidado a participar da minha pesquisa, cujo título é “O trabalho com famílias no CRAS Jd. Jacira: uma abordagem frente às demandas que perpassam gerações”. Que tem como objetivo: compreender o que leva as famílias acompanhadas pelo CRAS do Jd. Jacira a permanecerem em acompanhamento durante um longo período, uma vez que é proposto pelo PAIF a autonomia e o protagonismo dessas famílias.

Serão realizadas entrevistas com as famílias participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – (PAIF) do CRAS Jd. Jacira, através de um roteiro de questões previamente estabelecido com perguntas abertas e fechadas para que seja possível a livre expressão do pesquisado durante a entrevista. O método de coleta dos dados será a anotação e posteriormente a transcrição das informações das entrevistas, para compreender o objetivo geral desta pesquisa, a entrevista será individualmente com um representante de cada família participante, sendo no total de 10 famílias. As entrevistas acontecerão no CRAS Jd. Jacira. Será realizada em um período de um mês, com duração máxima de 30 minutos cada entrevista.

A pesquisa não implica em nenhum gasto para o entrevistado, o qual também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à sua participação. Não serão divulgados os nomes dos participantes, mantendo-se dessa forma a confidencialidade das informações prestadas, lembrando que, sua recusa de participação não lhe trará nenhuma penalidade.

Cabe ressaltar que é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora responsável e o e-mail, podendo tirar dúvidas sobre a pesquisa e sua participação. Além disso, a pesquisadora compromete-se a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa, e de mantê-los atualizados sobre os resultados parciais da pesquisa.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Prof. Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687.

Esclarecemos que tal autorização é pré-condição para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Agradecemos antecipadamente seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa.

**PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Prof<sup>a</sup>. Luciane de Cássia de Faria, tendo como pesquisadora assistente Patricia Kelly Portugal Machado.

CONTATO: Rua Isabel Schmidt, 349 - Santo Amaro São Paulo - SP, CEP 04743-030(11) 2141-8500.

São Paulo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL**

---

**ASSINATURA DO PESQUISADOR ASSISTENTE**

